

Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva,
Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido,
Rui Santos e Fernando Magalhães (orgs.)

**REDES E PARCERIAS
EM TERRITÓRIOS E MUNICÍPIOS**
Mediação Intercultural
e Intervenção Social



**Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva,
Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido,
Rui Santos e Fernando Magalhães
(Orgs.)**

**REDES E PARCERIAS
EM TERRITÓRIOS E MUNICÍPIOS
Mediação Intercultural
e Intervenção Social**



Centro Investigação
de Ciências Sociais
CICS.NOVA, Portugal



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



Edições Afrontamento

Título: Redes e Parcerias em Territórios e Municípios: Mediação Intercultural e Intervenção Social

Organizadores: Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Santos, Fernando Magalhães

© 2024, Autores

Revisão: Ana Arqueiro

Capa: Edições Afrontamento / Departamento gráfico

Edição: Edições Afrontamento, Lda.

Rua de Santa Catarina, 895, 2.º D.º – 4000-455 – Porto

www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt

Colecção: Textos / 204

N.º edição: 2255

ISBN: 978-972-36-2098-6

Depósito legal: 540189/24

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
Comercial@companhiadasartes.pt

Dezembro de 2024

Este livro foi objeto de avaliação científica.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| Introdução..... | 7 |
| Capítulo 1..... | 15 |
| Redes e coesão territorial <i>Ana Abrunhosa</i> | |
| Capítulo 2..... | 21 |
| Leiria & Oeste: um ecossistema que desafia convenções e reinventa o futuro <i>Agostinho da Silva, Isabel Duarte de Almeida, Carlos Rabadão</i> | |
| Capítulo 3..... | 33 |
| Poder local e revisão constitucional: a questão das áreas metropolitanas <i>Mário Simões Barata</i> | |
| Capítulo 4..... | 43 |
| Territórios municipais: uma ação social mediadora <i>Ana Rita Fonseca, Rui Duarte Santos, Cristóvão Margarido, Ana Filipa Soledade</i> | |
| Capítulo 5..... | 51 |
| Museu de cocriação comunitária de Ferreiros de Tendais <i>Joana Faria, Rui Duarte Santos, Ricardo Pocinho</i> | |
| Capítulo 6..... | 61 |
| O dar e o receber – diferentes perceções do apoio social <i>Márcio José Sol Pereira Oliveira, Tânia Cristina Simões Matos Santos, Marlene Filipa da Natividade e Sousa</i> | |
| Capítulo 7..... | 81 |
| Espaço público e subjetividades políticas: práticas coletivas na transformação do quotidiano urbano <i>Patricia Pereira</i> | |
| Capítulo 8..... | 93 |
| A mediação intercultural na promoção da saúde na comunidade cigana: estudo de caso <i>Mónica Gameiro, Rui Duarte Santos, Emanuel Margarido</i> | |
| Capítulo 9..... | 105 |
| Mediação municipal e intercultural: o que nos dizem os técnicos <i>Rosa Novo, Carla Pedroso de Lima, Ana Prada</i> | |

io Intercultural e Intervenção Social
ilva, Ana Maria Vieira, Cristóvão

to
ontamento.pt

ria da Feira

da.

FCT – Fundação para a Ciência e a
ICS.NOVA – Centro Interdisciplinar

| | |
|---|-----|
| Capítulo 10..... | 115 |
| Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES): reforma do ensino superior através da encruzilhada entre direito, prática e transformação <i>Luciano Almeida</i> | |
| Capítulo 11..... | 135 |
| Reflexão sobre a construção de um doutoramento internacional em rede <i>Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Fernando Magalhães</i> | |
| Capítulo 12..... | 145 |
| Ação social e desenvolvimento comunitário nos territórios raianos do interior português <i>Miguel Bento</i> | |
| Capítulo 13..... | 153 |
| Crianças em risco e/ou perigo: participação, dinâmicas e responsabilização das comunidades locais na sua proteção <i>Manuel Menezes</i> | |
| Capítulo 14..... | 167 |
| A desprofissionalização do serviço social. A influência do poder local na reconfiguração da intervenção social <i>Gonçalo Mota</i> | |
| Capítulo 15..... | 181 |
| Trabalho em rede nas organizações de intervenção social: os serviços partilhados como estratégia de cooperação <i>Nelson Costa, Cristóvão Margarido, Emanuel Margarido</i> | |
| Capítulo 16..... | 189 |
| Da relação entre a formação e o trabalho à entropia intercultural: desconstruindo o Programa Qualifica <i>Miguel Correia</i> | |
| Capítulo 17..... | 205 |
| A importância do trabalho em rede para a garantia de direitos da população migrante em territórios fronteiriços <i>Alex Fabiano de Toledo, Ineiva Terezinha Kreutz</i> | |
| Capítulo 18..... | 219 |
| Partilha de experiências no acolhimento de migrantes em contexto escolar: o contributo da educação social <i>Dário Filipe Gomes, Ana Maria Cabral, Cátia Magalhães, Deibe Fernández-Simo</i> | |
| Capítulo 19..... | 233 |
| Trabalho em rede nas escolas: os TEIP, os GAAF e as políticas de discriminação positiva <i>Ana Maria Vieira, Ricardo Vieira, José Carlos Marques</i> | |
| Sobre os autores | 239 |
| Sobre os organizadores | 249 |

investigação em ciências sociais.

da legislação do ensino superior.

Universidade de Aveiro.

Raw-Hill.

n el sistema educativo venezolano
al, descentralización y desarrollo
t Autònoma de Barcelona). <http://>

tativos y cuantitativos en investi-

rtugal: Um paradigma de forma-

1994). *Investigação qualitativa:*

superior – Política, conhecimento e
oste Gulbenkian e Fundação para

incipia.

rise da universidade em Portugal:
6), 5-49. <http://www.jstor.org/>

ção superior na Europa no contexto
5(88), 937-960. <http://www.cedes>.

erda de tempo. *Cadernos BAD– O*
e o Processo de Bolonha, 1, 6-9.

ção. Instituto Superior de Ciências

PSD-PP. *Educação, ciência e cultura.*

erior. *Opções estratégicas. Reorga-*
Universidade de Viseu. Pedro Coelho

stro no debate mensal na Assembleia
embro. <http://www.portugal.gov.pt/>
061221 PM Int Debate Mensal.

studos de caso. Fundação Calouste

CAPÍTULO 11

REFLEXÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM DOUTORAMENTO INTERNACIONAL EM REDE

Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido,
Fernando Magalhães

INTRODUÇÃO

Os doutoramentos encontravam-se historicamente orientados, sobretudo, para a qualificação dos docentes do ensino superior e para sustentar as carreiras desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior. Nas últimas décadas, os doutoramentos foram-se adaptando a uma realidade em mutação, surgindo doutoramentos com envolvimento, em grau variável, de entidades não académicas. Surge, neste contexto, cada vez mais expressa a ideia da necessidade de alterar a «educação doutoral (Sarrico, 2022) e promover a diversidade de percursos de carreira dos doutorados (OECD, 2023)» (Silva & Sarrico, 2023, p. 9). Trata-se de uma evolução que se encontra alinhada com as políticas públicas destinadas a incentivar a partilha de conhecimentos entre o meio académico e a sociedade em geral (Ruano-Borbalan, 2022). Como reconhece Ruano-Borbalan (2022),

através de reformas e mudanças importantes, o ensino doutoral e a obtenção de doutoramentos adquiriram novos objetivos: hoje em dia, tornaram-se em grande parte uma peça essencial de um sistema normalizado de produção de conhecimento dedicado ao desenvolvimento técnico-científico e industrial, à inovação em todas as suas formas, bem como aos esforços para melhorar a eficiência administrativa e de gestão. (p. 368)

O ensino doutoral tem vindo a testemunhar uma transformação significativa em resultado da ampliação e diversificação dos estudantes, da expansão das políticas neoliberais (frequentemente associadas à redução do financiamento público), da intensificação da sociedade e da economia do conheci-

mento, ou das crescentes exigências de responsabilização (Sin & Tavares, 2020). O modelo tradicional de formação doutoral, assente numa «forma de estudo individual; o orientador fornecia orientação, o candidato trabalhava de forma autónoma ou por conta própria» (Taylor, 2024, p. 11), predominante até ao final do século XX, regista uma alteração significativa, sobretudo (em especial na Europa), em resultado do processo de Bolonha. A formalização da formação, a diversificação dos estudantes, dos modos de estudo e dos objetivos da formação têm sido os traços centrais destas alterações (Hammond et. al., 2010, como citado em Taylor, 2024). O reconhecimento de que os doutoramentos se dirigem atualmente à satisfação de uma maior variedade de finalidades e que já não se limitam, de modo preponderante, a «reproduzir a força de trabalho académica» (Taylor, 2023, p. 614) tem conduzido as universidades a adaptar os seus programas para melhor preparar os licenciados para diversas carreiras para além do meio académico, reconhecendo que muitos doutorados procurarão emprego em sectores não académicos (Cardoso, 2024). As alterações que se têm vindo a introduzir nos programas doutorais também têm procurado endereçar o nível elevado de abandono e os extensos períodos de conclusão dos trabalhos finais do doutoramento (Taylor, 2023). Atualmente, como reconhecem Cardoso e colaboradoras (2022), as características valorizadas nos programas doutorais tendem a ser a sua curta duração, a incorporação de uma componente letiva, a adoção de uma abordagem multidisciplinar e colaborativa e o seu alinhamento com a produção de conhecimentos baseados na prática e na resolução de problemas, bem como a promoção de novas competências e a empregabilidade.

As alterações descritas são acompanhadas (se não mesmo influenciadas) pela diversificação dos públicos a que se dirigem os doutoramentos. O estudante de doutoramento a tempo integral é uma realidade cada vez menos presente, apenas acessível aos detentores de capital económico ou aos, relativamente poucos, que conseguem aceder a uma bolsa que financie a inscrição no programa doutoral e a subsistência do estudante durante o ciclo de estudo. É cada vez mais frequente o surgimento de estudantes que realizam o seu doutoramento a tempo parcial, acumulando esta atividade com uma atividade profissional. A presença de estudantes para quem a frequência de um curso de doutoramento não é uma atividade central constitui um desafio para os doutoramentos estruturados em torno de um período determinado de concretização.

Portugal tem registado um número crescente de doutoramentos, acompanhado pelo aumento, quer do número de alunos matriculados pela primeira vez nos cursos doutorais, quer do número de diplomados (Silva & Sarrico,

polização (Sin & Tavares, assente numa «forma de », o candidato trabalhava (2024, p. 11), predominante significativa, sobretudo (em polonha. A formalização da s de estudo e dos objetivos rações (Hammond et. al., nento de que os doutora- maior variedade de fina- ante, a «reproduzir a força onduzido as universidades s licenciados para diversas do que muitos doutorados (Cardoso, 2024). As altera- is doutorais também têm e os extensos períodos de aylor, 2023). Atualmente,), as características valori- curta duração, a incorpo- bordagem multidisciplinar le conhecimentos baseados mo a promoção de novas

e não mesmo influencia- rigem os doutoramentos. é uma realidade cada vez de capital económico ou a uma bolsa que financie a o estudante durante o ciclo de estudantes que realizam o esta atividade com uma para quem a frequência de entral constitui um desafio um período determinado

e doutoramentos, acompa- nmatriculados pela primeira olomados (Silva & Sarrico,

2023). Os dados coligidos por Silva e Sarrico (2023) identificam a existência, em março de 2023, de 617 cursos de doutoramento acreditados e de, aproximadamente, 24.000 estudantes matriculados, em outubro de 2022, em cursos de doutoramento. Apesar do aumento, quase ininterrupto desde 1998, do número dos matriculados, tem-se assistido a uma redução da eficiência formativa (medida através da relação entre diplomados e número de alunos matriculados pela primeira vez). Várias razões podem, segundo os autores que temos estado a seguir, ser arroladas para explicar a baixa eficiência formativa (que, em 2020, era próxima de 0,3):

baixa exigência de admissão em estudos de doutoramento, com alunos a entrar sem as competências necessárias para a exigência de estudos a este nível, alunos sem financiamento para realizar o doutoramento que acumulam os estudos com outras atividades profissionais, falta de condições institucionais para a realização do doutoramento e/ou apoio adequado dos orientadores. (Silva & Sarrico, 2023, p. 6)

Para além deste desafio interno aos programas de doutoramento, há dois outros desafios que denominaríamos de externos, não exclusivos de Portugal, a que já aludimos atrás. O primeiro relacionado com as oportunidades de inserção profissional dos doutorados fora do ambiente académico. De acordo com os dados disponíveis, a integração dos doutorados no mercado de trabalho é limitada: 13% na administração pública, 8% no sector privado empresarial e 2% no sector privado sem fins lucrativos (DGEEC, 2021, dados citados por Silva & Sarrico, 2023, p. 8). O segundo é relativo às alterações legislativas que criam a expectativa de alargamento da oferta formativa ao nível dos doutoramentos ao possibilitarem que um leque mais alargado de instituições do ensino superior atribua o grau de doutor, e, simultaneamente, restringem as possibilidades de concretização desta expectativa à satisfação de um requisito que, na atualidade, uma parte significativa das instituições não está em condições de cumprir. Referimo-nos ao critério de submeter a possibilidade de atribuição do grau à demonstração da capacidade de promover atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), aferida pela participação de, pelo menos, 75% dos docentes afetos ao programa doutoral em unidades de investigação, ou laboratórios associados, classificadas/os com 'Muito Bom' ou 'Excelente'. Os dados coligidos por Silva e Sarrico (2023) demonstram que, atualmente, somente 57% dos doutoramentos existentes em Portugal se encontram em condições de cumprir este critério e que, a manter-se este cenário de avaliação das unidades de investigação, 16 instituições de ensino superior (cinco públicas e 11

privadas) deixariam de ter condições para manter o estatuto de ensino universitário (ter pelo menos três cursos de doutoramento em áreas de investigação distintas) e que «seis instituições de ensino superior politécnico teriam condições para passar a conferir pelo menos um doutoramento numa área científica e três em duas áreas científicas» (Silva & Sarrico, 2023, p. 14). Os sucessivos atrasos no processo de avaliação das unidades de investigação têm obstado a que mais instituições politécnicas e universitárias pudessem aspirar a obter, a breve prazo, uma classificação que lhes permitisse propor novos programas de doutoramento.

Está-se, assim, numa situação paradoxal: se, por um lado, se reconhece que muitos cursos de doutoramento não satisfazem atualmente as condições fixadas na lei, por outro, não se agilizam os procedimentos que permitiriam ultrapassar a situação. Também se prolonga no tempo a impossibilidade de as instituições cujos docentes evidenciam experiência em determinada área, que realizam investigação nessa área e que nela têm uma produção científica e académica relevantes (cf. n.º 12, do art.º 14.º da Lei n.º 16/2023, de 10 de abril) apresentarem novas propostas de doutoramento, apenas pelo facto de estarem integrados em unidades de investigação avaliadas positivamente, em 2017, mas com classificação inferior a 'Muito Bom'.

Num momento em que se discute quais os Institutos Politécnicos Portugueses que terão condições para concretizar a Lei n.º 16/2023 (de 10 de abril), que permite aos Institutos Politécnicos outorgar o grau de doutor, é importante refletir sobre o significado destas alterações para a formação e investigação avançada em Portugal. Neste âmbito, é relevante equacionar se a mudança terá apenas um significado estatístico, ao permitir aumentar quer o número e tipo de instituições (universitárias e politécnicas) que podem conceder o grau, quer o número de cursos de 3.º ciclo, sem atender à efetiva necessidade e procura destes cursos por parte dos estudantes, ou se a alteração se constitui como uma oportunidade para a desconstrução de um certo paroquialismo – em que os cursos de doutoramento oferecidos por cada IES pouco ou nada diferem entre si, originando, deste modo, situações de oligopsónio espacialmente concentradas –, e avançar para o aprofundamento de cursos de 3.º ciclo que permitam envolver várias instituições e que se constituam como formas de extravasar fronteiras de conhecimentos frequentemente localizados e, por isso, adstritos a contextos específicos. Trata-se, no essencial, de inquirir sobre a possibilidade de aprofundar diferentes modos de trabalhar em rede: trabalho em rede de várias IES, universitárias e politécnicas, nacionais e estrangeiras; trabalho em rede com investigadores de diferentes países com obra fundamental na área do ciclo de estudos; trabalho em rede com estudantes/inves-

statuto de ensino uni-
o em áreas de investi-
rior politécnico teriam
toramento numa área
rrico, 2023, p. 14). Os
les de investigação têm
árias pudessem aspirar
rmitisse propor novos

um lado, se reconhece
ualmente as condições
entos que permitiriam
o a impossibilidade de
em determinada área,
ma produção científica
i n.º 16/2023, de 10 de
o, apenas pelo facto de
adas positivamente, em

tos Politécnicos Portu-
6/2023 (de 10 de abril),
de doutor, é importante
ormação e investigação
uacionar se a mudança
umentar quer o número
que podem conceder o
er à efetiva necessidade
e a alteração se constitui
erto paroquialismo – em
S pouco ou nada diferem
opsonio espacialmente
e cursos de 3.º ciclo que
tituam como formas de
nente localizados e, por
sencial, de inquirir sobre
balhar em rede: trabalho
nacionais e estrangeiras;
países com obra funda-
e com estudantes/inves-

tigadores de vários países e com interesses científicos e paradigmáticos comuns. Um trabalho em rede que beneficia em assentar no diálogo interinstitucional, interdisciplinar, internacional e intercultural.

Em síntese, este capítulo dá conta da conceção e metodologia de construção de um curso internacional de doutoramento, em regime de *b-learning*. Uma formação desejavelmente diferenciadora, integrando estudantes e professores de vários países, com conteúdos programáticos optativos direcionados para realidades locais/nacionais específicas. Um curso em que as atividades académicas incluíam um congresso temático, a realizar anualmente e de forma rotativa num dos países da rede, destinado a servir de espaço de discussão de projetos de investigação, de pontos de vista e de epistemologias associadas. Nesta proposta formativa, todas as IES seriam outorgantes do referido grau e seriam responsáveis por assumir Unidades Curriculares (UC) centrais e obrigatórias e UC optativas que permitam responder a necessidades/interesses específicos de cada IES dos diferentes países envolvidos.

No caso da experiência a apresentar, o doutoramento será na área da Pedagogia Social e da Mediação Intercultural, assente em epistemologias descolonizadoras, interculturais, autonomizadoras, dialéticas na construção do(s) conhecimento(s), respeitadoras dos etnossaberes de cada país e região envolvidos, e estimulará o trabalho em rede de Instituições Politécnicas e Universitárias portuguesas, africanas e sul-americanas.

PROPOSTA DE UM DOUTORAMENTO EM REDE

Neste tempo marcado pela incerteza sobre a evolução do contexto que permitirá às instituições de ensino superior politécnicas atribuir o grau de doutor, um grupo de docentes tem vindo a refletir e a trabalhar sobre a construção de um curso doutoral que permita contribuir para a aquisição de competências de investigação orientadas para a compreensão abrangente e avançada das sociedades plurais contemporâneas e que, desta forma, permita preparar os estudantes para ação cientificamente informada em mercados de trabalho académicos e não académicos. Atendendo à sua longa experiência, investigação e produção científica na área da mediação intercultural e da intervenção social, decidiu-se avançar para um doutoramento temático nesta área que, na classificação abrangente dos campos de investigação e desenvolvimento do Manual Frascati (OECD, 2015), se situa na área das ciências sociais e que, na classificação nacional das áreas de educação e formação (Portaria

n.º 256/2005 de 16 de março), se situa na confluência entre as ciências sociais e as ciências da educação.

A crescente complexidade das sociedades globais, marcada, entre outros aspetos, por fluxos migratórios cada vez mais intensos e variados e pela interação entre diferentes grupos culturais, salienta a necessidade de abordagens avançadas para promover a compreensão e a coesão das sociedades. A proposta de um programa de doutoramento em Mediação Intercultural e Intervenção Social não se consubstancia apenas como uma proposta meramente académica; constitui, igualmente, uma necessidade premente nas sociedades contemporâneas, cada vez mais marcadas pela diversificação da própria diversidade sociocultural. Por um lado, denota-se a necessidade crescente de investigação avançada na área da mediação intercultural e em diferentes áreas conexas (migrações internacionais, pedagogia social, exclusão social, etc.), necessidade a que um programa como o proposto tem potencial para dar resposta. Por outro, a intervenção social com grupos diversos não pode estar desconexa da reflexão e investigação em torno dos aspetos científicos, práticos e éticos do trabalho com as complexidades culturais das sociedades modernas, aspetos que o programa proposto procurará desenvolver.

Os objetivos deste doutoramento encontram-se alinhados com as exigências de uma formação de nível doutoral¹, propondo-se oferecer aos estudantes uma compreensão aprofundada dos fundamentos da mediação intercultural e intervenção social, abrangendo teorias, metodologias e conceitos essenciais, além de desenvolver competências de investigação para a produção de conhecimento avançado na área. De forma mais detalhada, o doutoramento proposto orienta-se pelos seguintes objetivos:

1. Proporcionar aos estudantes uma compreensão abrangente e avançada dos fundamentos teóricos, metodológicos, e dos conceitos centrais relacionados com a mediação intercultural e a intervenção social. Tal inclui a aquisição de conhecimentos sobre as diferentes dimensões (sociais, culturais, etc.) da mediação intercultural;
2. Facultar a aquisição de competências de investigação necessárias para realizar uma pesquisa avançada e original no domínio da mediação intercultural e da intervenção social;

¹ Como definido pelo Quadro Europeu de Qualificações, um doutoramento visa a aquisição de «competências e técnicas mais avançadas e especializadas, incluindo a síntese e a avaliação, necessárias para resolver problemas críticos de investigação e/ou inovação e para alargar e redefinir os conhecimentos ou as práticas profissionais existentes» (<https://europass.europa.eu/en/description-eight-efq-levels>).

relação entre as ciências sociais

é marcada, entre outros aspectos, pela necessidade de abordagens das sociedades. A proposta de Intercultural e Intervenção Social é posta meramente académica nas sociedades com a necessidade crescente de intervenção em diferentes áreas (económica, exclusão social, etc.), o que tem potencial para dar resposta a aspetos científicos, práticos e sociais das sociedades modernas, e desenvolver.

Alinhado com as exigências de oferecer aos estudantes a mediação intercultural e conceitos essenciais, para a produção de conhecimento o doutoramento proposto

é abrangente e avançada nos conceitos centrais de intervenção social. Tal inclui diferentes dimensões (sociais, investigação necessárias para o domínio da mediação

O doutoramento visa a aquisição incluindo a síntese e a avaliação, e/ou inovação e para alargar e (https://europass.europa

3. Promover a interdisciplinaridade através da integração de conhecimentos de diferentes domínios, como a antropologia, a pedagogia social e a sociologia, de forma a contribuir para uma compreensão e intervenção holística na área da mediação intercultural;
4. Contribuir para a aquisição de competências de mediação intercultural e intervenção social relevantes para as carreiras profissionais dos estudantes nos seus contextos de origem profissional;
5. Fomentar o desenvolvimento de contributos significativos para o avanço do conhecimento no domínio da mediação intercultural e da intervenção social, através de diferentes produtos científicos. O programa visa produzir doutorados capazes de contribuir ativamente para o desenvolvimento do campo da mediação intercultural e da intervenção social.

Estrutura do curso de doutoramento

Os objetivos do Programa de Doutoramento serão desenvolvidos através de unidades curriculares cujas bases científicas se apoiam nos trabalhos empíricos e teóricos publicados pela comunidade científica internacional e nacional e, em particular, nas investigações realizadas e nos trabalhos publicados pelos docentes afetos ao ciclo de estudos.

O plano de estudos prevê, no 1.º ano, um conjunto de unidades curriculares destinadas a solidificar as componentes teóricas e metodológicas necessárias ao desenvolvimento de um trabalho original por parte dos estudantes. A sua conceção assenta, contudo, num modelo flexível que combina diferentes módulos optativos num conjunto de unidades curriculares obrigatórias. Ou seja, as unidades curriculares a oferecer serão compostas por um leque variado de módulos eletivos oferecidos pelas instituições participantes e aos quais será atribuído um número específico de créditos, cabendo ao estudante selecionar os módulos correspondentes aos seus interesses de investigação e velar para que o somatório dos módulos selecionados seja suficiente para alcançar o número de créditos afetos a cada unidade curricular.

Ainda que se trate de um plano de estudos em construção, a ideia é oferecer o seguinte conjunto de unidades curriculares: Questões aprofundadas de Pedagogia Social; Seminário de Mediação Intercultural; Seminário de Migrações, Multiculturalidade e Interculturalidade (com módulos optativos direcionados para as realidades locais/nacionais específicas); Seminário Temático de Intervenção Social Mediadora (vários módulos optativos oferecidos pelas instituições da rede); Seminário de Investigação (com módulos optativos a selecionar em função do objeto de estudo).

Modelo de funcionamento

O Programa de Doutorado em Mediação Intercultural e Intervenção Social adotará a abordagem de *blended learning* (*b-learning*) como metodologia de ensino e aprendizagem. Nesta abordagem, os momentos de aprendizagem presencial são conjugados com momentos de aprendizagem *online* (através da promoção de diferentes atividades e espaços de interação). Os momentos síncronos realizam-se, preferencialmente, de modo presencial, quando as unidades curriculares/módulos são oferecidas/os nas instituições de origem dos estudantes, e à distância (na modalidade síncrona), quando o ensino é ministrado numa das instituições parceiras, diferente daquela em que o estudante se encontra matriculado. A distribuição do tempo de formação entre participação presencial/síncrona e *online* será variável conforme a oferta de formação de cada instituição, a natureza das unidades curriculares e as escolhas dos alunos.

Além destes dois tipos de participação, o programa prevê momentos obrigatórios de participação presencial/síncrona, nomeadamente no início da formação, aquando da apresentação e discussão do projeto de doutoramento e no momento da defesa final da tese. Essas participações podem ocorrer em qualquer das instituições parceiras, em conformidade com a decisão da Comissão Científica do Programa de Doutorado, em conjunto com os órgãos administrativos e científicos das instituições associadas.

O estatuto da participação presencial ou síncrona pode variar quando os docentes se deslocarem entre instituições para ministrar módulos específicos. Adicionalmente, os alunos têm a oportunidade de participar em estágios de investigação, residências científicas e seminários temáticos organizados por cada instituição, conforme as necessidades ou solicitações dos estudantes.

Os nós da rede

De momento, os proponentes deste doutoramento em rede têm contactos realizados com universidades de países europeus, africanos e sul-americanos para constituir um corpo docente que comungue dos ideais da mediação intercultural como pedagogia social da intervenção social, capazes de intervir nas diferentes unidades curriculares centrais e de apresentar, também, módulos optativos relativos à investigação que fazem nos contextos e territórios de intervenção das suas instituições.

ercultural e Intervenção
earning) como metodo-
s momentos de aprendi-
e aprendizagem online
paços de interação). Os
te, de modo presencial,
vidas/os nas instituições
de síncrona), quando o
s, diferente daquela em
io do tempo de formação
ariável conforme a oferta
idades curriculares e as

a prevê momentos obri-
eadamente no início da
projeto de doutoramento
ações podem ocorrer em
com a decisão da Comis-
conjunto com os órgãos
das.

a pode variar quando os
trar módulos específicos.
participar em estágios de
máticos organizados por
tações dos estudantes.

to em rede têm contactos
ricanos e sul-americanos
ideais da mediação inter-
il, capazes de intervir nas
entar, também, módulos
ontextos e territórios de

Anualmente, a turma, constituída por estudantes dos vários países envolvidos, encontrar-se-ia num Seminário de Estudos Aprofundados numa das universidades da rede, rotativamente, para os estudantes apresentarem os seus projetos em curso e de forma a promover a interculturalidade, a interdisciplinaridade e a convivência cultural e cognitiva, recolhendo reflexões de todos os participantes (estudantes e professores) e alongando, assim, as suas racionalidades.

CONCLUSÃO

O que pretendemos mostrar com este texto exploratório não é só a concretização de um desejo de o ensino politécnico poder conceder também o grau de Doutor, tal como no início do século XXI passou a conceder o de Mestre. O que defendemos não é um doutoramento para o ensino politécnico a designar de profissionalizante ou de técnico, ou adjetivado de qualquer outra forma, numa lógica binária e diferenciada do expectável nas universidades. O que defendemos é que um doutoramento a desenvolver no Instituto Politécnico de Leiria, que, a breve trecho, será transformado na Universidade de Leiria e Oeste (ULO), em consequência dos doutoramentos já aprovados, também em parceria ou em rede, seja diferenciado e efetivamente inovador. Ganhará Leiria e as suas regiões, ganharão os professores, estudantes, funcionários, pais, empresas e organizações diversas. As Escolas do IPLeia poderão reproduzir-se com a formação continuada, doutoramento e agregação, dentro da própria instituição. Como reconhecido noutra local,

os docentes terão que fazer obrigatoriamente mestrado e doutoramento, assegurando a qualidade do ensino, a certeza da investigação e a credibilidade da instituição. Os doutores poderão fazer investigação em pé de igualdade com os colegas das outras universidades. Não terão de a elas voltar para fazer a agregação, outra prova que volta a fazer depender o ensino politécnico do universitário (...). Leiria não é periferia. Leiria merece ser uma cidade central, geográfica e politicamente. Leiria merece ser, também por isso, uma cidade com universidade pública. (Vieira, 2004, p. 284)

O doutoramento que aqui se esboça vai, contudo, para além da intervenção local e do interesse regional. Ele pretende ser uma novidade no meio de outros doutoramentos, na medida em que idealiza a atribuição do grau não apenas por uma universidade, mas, antes, por uma rede de instituições de ensino superior que participam e investigam numa área que congrega professores,

investigadores e estudantes dos quatro cantos do mundo. Assim, através de estratégias de cooperação entre as instituições que colaboram no programa, procura-se potenciar a mobilização produtiva de competências que se encontram em cada uma delas.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, S. (2024). The transformation of doctoral education: Responding to the needs and expectations of society and candidates. *Teaching in Higher Education*, 30. <https://doi.org/10.1080/13562517.2024.2306255>
- CARDOSO, S., Santos, S., & Diogo, S. (2022). The transformation of doctoral education: A systematic literature review. *Higher Education*, 85, 885-908.
- OECD. (2015). *Frascati manual 2015: Guidelines for collecting and reporting data on research and experimental development. The measurement of scientific, technological and innovation activities*. OECD Publishing.
- RUANO-BORBALAN, J. C. (2022). Doctoral education from its medieval foundations to today's globalisation and standardisation. *European Journal of Education*, 57, 367-380. <https://doi.org/10.1111/ejed.12522>
- SILVA, P. L., & Sarrico, C. S. (2023). *Doutoramentos em Portugal*. Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior.
- SIN, C., & Tavares, O. (2020). Introduction. In S. Cardoso, O. Tavares, C. Sin, & T. Carvalho (Eds.), *Structural and institutional transformations in doctoral education* (pp. 1-10). Palgrave MacMillan.
- TAYLOR, S. (2023). The changing landscape of doctoral education: A framework for analysis and introduction to the special issue. *Innovations in Education and Teaching International*, 60(5), 606-622. <https://doi.org/10.1080/14703297.2023.2237962>
- TAYLOR, S., & Kiley, M. (2024). *A handbook for doctoral supervisors*. Routledge.
- VIEIRA, R. (2004). A universidade de Leiria como eixo construtor da região. In R. Vieira (Coord.), *Atas do Congresso «Pensar a Região de Leiria»* (pp. 279-285). Afrontamento/Escola Superior de Educação de Leiria.